

Ata número DEZASSEIS

ATA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Aos 19 dias do mês de dezembro dois mil e dezanove, pelas 18:00 horas na Sala da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista Partido Socialista - PS:

Licínio Fernandes Benedito, Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira

Da lista Trabalho, Verdade e Mudança - PPD/PSD.MPT:

José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Carlos Manuel Pinheiro Gomes em substituição de Telma Alexandra Nave Neves de Matos e Patrícia Isabel de Elvas Eusébio

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho em substituição de José Alberto Pires Gonçalves

Estiveram também presentes nesta reunião, Hugo Adolfo dos Santos Taborda Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Alves Martins Velho e Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Sequeira Cruz.

Tomada a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa e de seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

Face ao referido deu-se início ao cumprimento do ponto.

1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 2019

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade do Município;

4.2. - Apresentação, discussão e votação da Fixação da taxa de participação variável do IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais

4.3.- Apresentação, discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

- 4.4. - Apresentação, discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação das taxas
- 4.5. - Apresentação, discussão e votação da minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros
- 4.6. - Apresentação, discussão e votação da "Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2020" - Relatório final
- 4.7. - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2020
- 4.8. - Apresentação, discussão e votação do Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM 2020
- 4.9. - Transferência de competências do Município de Belmonte para a Freguesia de Caria
- 4.10. - Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020
- 4.11. - Informação Económica e Financeira do Revisor Oficial de Contas
- 5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 2019.

O senhor Presidente da Assembleia questionou se os membros propunham mais algumas alterações ou correções para além das anteriormente apresentadas.

O senhor Presidente da Assembleia informou que estando o quórum de 19 elementos para a votação da ata de 25 de setembro de 2019, procedeu-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 18 votos a favor, 1 abstenções, Patrícia Isabel de Elvas Eusébio (PPD/PSD.MPT) por ausência, 0 votos contra, aprovada por maioria, a ata de 25 de setembro de 2019 com a inserção das alterações apresentadas.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

O senhor Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Municípes pelo que dá a palavra aos municípes interessados.

O municípe Daniel Mendes, solicitou informação do aumento de 40% na fatura da água.

A municípe Marta Rodrigues, alertou para a existência de animais abandonados a circular pelo concelho, tendo constatado a inexistência de um canil municipal.

O Municípe Miguel Gonçalves, solicita informação acerca do serviço Expresso, tendo referido a redução de paragens da rede de autocarros Expresso em Belmonte.

Expondo que quem quiser ir para Lisboa tem de sair às 7:20 horas da manhã ou se optar pela outra solução já vai chegar à capital depois das 22:00 horas.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para responder aos assuntos apresentados:

Esclareceu ao munícipe Daniel Mendes que não há um aumento de 40% na fatura da água e, caso necessite obter mais esclarecimentos deve dirigir-se aos serviços da Câmara.

Quanto aos animais abandonados, informou a munícipe Marta Rodrigues que Belmonte não possui canil municipal. Tinha um acordo com a Câmara Municipal da Covilhã para receber os animais, mas deixou de se praticar e a agora foi encontrada uma solução com a Câmara municipal da Guarda.

Ao munícipe Miguel Gonçalves, o senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, prometeu questionar a empresa em relação ao assunto aqui apresentado.

Transmite que Caria iria ter fibra ótica, até ao final do ano conforme informação da Altice.

Tendo comunicado à Altice que em Colmeal da Torre há uma fábrica confeção com uma dimensão considerável para o concelho, assim como em Maçainhas que também possui uma fábrica de confeções.

Quanto ao Centro Interpretativo de Centum Cellas, informou o senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, que há um problema com a candidatura apresentada para a recuperação do antigo campo de futebol de Colmeal da Torre, uma vez que este está muito longe da Torre de Centum cellas. Vai ser uma realidade, continuando em constante contato com a CCDR-C. Esclareceu que é primordial para a estratégia de desenvolvimento turístico do concelho e, tem a máxima importância para Colmeal da Torre.

Apresenta um agradecimento e homenagem aos Bombeiros Voluntários de Belmonte, aos funcionários das Juntas de Freguesia do concelho e ao pessoal dos serviços externos da Câmara pelo extraordinário trabalho desenvolvido nesta intempérie que estamos a enfrentar.

O senhor Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de Municípios se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O senhor Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

José Feliciano (PS) tomou a palavra referindo que o senhor Presidente da Câmara é convidado para todos os eventos oficiais que se realizam no concelho, mas por motivos diversos não lhe é possível estar presente em todos. Questionou por que motivo convida os senhores vereadores da oposição para o substituir nos eventos em que não lhe é possível estar presente.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para transmitir ao deputado José Feliciano (PS) que convida os vereadores que se encontram disponíveis quando não lhe é possível estar presente. Informou que quando esteve ausente de férias, o senhor Vice-presidente encontrava-se de férias, a vereadora Dra. Sofia de Carvalheiro encontrava-se grávida e em final da gravidez, é advogada e, para continuar a exercer a sua profissão não poderia substituir o Presidente da Câmara, mas, teria de ser alguém do executivo. O senhor vereador Amândio Melo, ou o senhor

vereador Luís Almeida. Tendo sido substituído pelo senhor vereador Amândio Melo. Têm vindo a convidar os senhores vereadores sempre que estão disponíveis para o representar em alguns atos públicos, pois prefere que sejam eles a representá-lo, a não estar ninguém em sua representação. Informou que ainda ontem o senhor vereador Amândio Melo esteve a representa-lo na festa de Natal no Lar de Colmeal da Torre e, esteve muito bem estando a Câmara muito bem representada.

Hugo Adolfo Presidente da União de Freguesia de Belmonte e Colmeal, solicita a palavra para em nome do executivo propor um Voto de Louvor que passou a apresentar.

“Voto de Louvor

O executivo da Junta da União de Freguesia de Belmonte e Colmeal, propõe á Assembleia Municipal de Belmonte a atribuição de um Voto de Louvor ao senhor José Pereira Carrola Mariano ex-Presidente da União de Freguesia de Belmonte e Colmeal, que decidiu cessar funções no passado dia 28 de outubro 2019.

Enquanto se manteve em funções, o senhor José Pereira Carrola Mariano agiu sempre com profunda lealdade, dedicação, disponibilidade e exemplar postura pessoal.

Pelo que entendemos ser mais que legitimo propor a esta Assembleia um Voto de Louvor, pela forma reta, isenta, competente e empenhada com que se sempre se pautou nos seus mandatos de Presidente de Junta de Freguesia.”

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que é justo e merecido nos pressupostos em que está subscrito o “Voto de Louvor” merece toda a nossa concordância, pelo que votarão favoravelmente.

Após apresentação do Voto de Louvor, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que o “**Voto de Louvor**”, foi aprovado por unanimidade e aclamação dos presentes na votação.*

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que à 90 dias atrás solicitou à Assembleia Municipal alguns documentos, mas até hoje ainda não lhe os recebeu. Há um mês atrás enviou novamente um ofício dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a questionar o porquê de ainda não ter recebido os documentos.

Aproveita a oportunidade para reiterar os elogios apresentados pelo senhor Presidente da Câmara aos Bombeiros Voluntários de Belmonte.

Ainda referente aos Bombeiros Voluntários de Belmonte, apresenta algumas queixas que lhe fizeram chegar, uma vez que antes tinham um desconto na água e agora o senhor Presidente da Câmara retirou, pelo que solicitou esclarecimentos nesta matéria. Solicita também informações acerca de alguns museus terem problemas com água, nomeadamente o do Castelo de Belmonte.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para informar o sr. Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que não foi retirado qualquer desconto na água aos Bombeiros Voluntários de Belmonte, ou seja, as regalias que possuíam até aqui mantêm-se integralmente e, também que não há qualquer problema de inundação nos museus, frisando novamente o excelente trabalho por parte dos Bombeiros Voluntários de Belmonte, pelos funcionários das juntas de freguesia do concelho e também pelo pessoal dos serviços externos da Câmara.

O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar o sr. Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que relativamente á questão dos documentos a informação que tem é que ainda não lhe foram enviados, porque os serviços municipais estão a proceder ao tratamento de todos os documentos, evitando o envio por diversas vezes. Assim, logo que todos os documentos solicitados estejam reunidos, serão enviados ao senhor deputado.

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para apresentar uma proposta ao executivo Municipal, informando que não pretende fazê-lo como cidadã apenas, pelo que gostaria que fosse apresenta como uma proposta desta Assembleia e submetê-la para a votação á Assembleia, passando a ler a sua intervenção que abaixo se transcreve integralmente.

O Município de Belmonte, mormente no seu executivo Municipal, aquando da celebração do Feriado Municipal a 26 de abril, estabelece como praxis institucional a distinção honorífica de pessoas e organizações que ao longo do ano se tenham distinguido nas suas mais diversas atividades e simultaneamente considerem relevantes para o desenvolvimento e reconhecimento além-fronteiras do concelho de Belmonte.

A distinção honorífica é uma diferenciação positiva que permite a quem recebe ver reconhecida a sua dedicação, o sacrifício, a consagração do seu trabalho, e acima de tudo permite que esse trabalho seja dado a conhecer aquém e além-fronteiras físicas do Município.

Eugénio Viassa Monteiro afirma que: “a ambição é o motor do progresso, segundo ele a ambição, a iniciativa e o espírito de superação em geral vão de mãos dadas”.

Desta forma, é legítimo que o Município de Belmonte, reconheça e distinga aqueles que um dia aspiraram um sonho e que, com o seu trabalho concretizaram, por forma a alavancar os seus objetivos e não os fazer parar. O concelho de Belmonte evoluirá na medida em que se diferenciem aqueles que dele fazem parte, e todos juntos faremos com que Belmonte seja um Município meritoriamente reconhecido.

Fundamentação à Proposta de Distinção Honorífica

Decorria o ano de 2012, ano em que a Troika constituía um plano de regaste financeiro em Portugal. e as taxas de desemprego atingia níveis históricos. Ainda assim, a ambição de 3 jovens Belmontenses quis fruir do que Belmonte tem de melhor para oferecer, a sua história, a sua relação com o descobrimento do Brasil, as vivências de uma comunidade judaica ainda ativa, o aroma da Serra da Estrela.

Assumem-se como agentes dinamizadores do património social, cultural e natural da região de Belmonte através do turismo e do envolvimento local com criatividade, qualidade e responsabilidade. Partilham com o Município a paixão por Belmonte.

De uma forma altruísta, não focam o seu negócio na singularidade, mas envolvem a comunidade que os rodeia, têm como finalidade não só contribuir para o aumento do fluxo turístico de Belmonte, mas ainda a realização de eventos que proporcionam aos negócios locais, um distinto contributo económico, fator decisivo para o seu desenvolvimento.

Desenvolvem a sua atividade de uma forma empenhada, ética e socialmente responsável, sendo a sua principal matriz, satisfazer, entusiasmar e garantir confiança aos clientes, colaboradores e fornecedores, pretendendo acima de tudo que a sua empresa em conjunto com as autoridades locais, e com os seus parceiros, consigam desta forma estabelecer uma plataforma global que incida não apenas na divulgação do Património histórico edificado mas, nos produtos e produtores locais ou regionais potenciando novas oportunidades de negócio.

A Beltour - Turismo e Eventos, apresenta-se hoje como empresa consolidada no segmento turístico e vê concretizados todos os objetivos a que se propôs na sua implementação. Isso, não é, no entanto, motivo para baixar os braços, e diariamente trabalham com afinco para alcançar novas metas, no sentido de elevar a marca Belmonte.

A Beltour, tem uma extensa oferta, designadamente, proporciona aos seus clientes passeios que incluem visitas guiadas às 12 Aldeias Históricas, diversificadas rotas que possibilitam aos visitantes um contato direto com as vivências de gentes locais e regionais, nomeadamente a Rota da Lã e do Queijo, Rota da Castanha, Rota da Cereja e ainda a Rota das Amendoeiras em Flor.

No ano de 2019 a Beltour já recebeu mais de 4.500 turistas para visitar as Aldeias Históricas, sendo que, em média, cerca de 2.800 turistas colocaram como enfoque da sua viagem visitar Belmonte. Mais de 1.300 visitaram rede museológica de Belmonte e cerca de 800 não prescindiram de conhecer a Sinagoga, prova viva de existência de uma comunidade judaica que tanto nos orgulha.

A Beltour orgulha-se de expandir a sua oferta além-fronteiras e recebe turistas de todas as nacionalidades, com especial foco nas comunidades brasileira, israelita, espanhola, americana e francesa. Continua a promover a marca Belmonte nos media, quer portugueses, quer brasileiros.

A difusão audiovisual faz parte do compromisso e objetivos a que a mesma se propõe no sentido de levar a marca Belmonte e sua distinta multiculturalidade a um público alvo incomensurável, incentivando-o a vir conhecer o concelho de Belmonte.

Proposta

Em conformidade com a fundamentação apresentada, vem propor à digníssima Assembleia Municipal que delibere sobre a presente PROPOSTA no sentido de a enviar ao EXECUTIVO MUNICIPAL para a atribuição de DISTINÇÃO HONORIFICA à empresa A BELTOUR, com sede na vila de Belmonte, pelo carácter relevante e diferenciador com que a mesma se tem distinguido na promoção e desenvolvimento do Concelho de Belmonte, distinção a concretizar no próximo dia Município.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que não está em causa o conteúdo de importância, relevância da empresa em questão, aliás vem suportada por um conjunto de factos e de argumentos que levam a crer e, dão a garantia certa de se tratar de iniciativa de extraordinário mérito e de grande importância relevância sob o ponto de vista económico.

Contudo considerou que se trata de uma matéria da exclusividade responsabilidade do executivo e, neste contexto esta Assembleia, não vê qualquer objecção, mas não considera que seja preminente do ponto de vista da decisão. Portanto se o senhor Presidente da Assembleia pretender submeter esta proposta a votação, esta bancada do PPD/PSD.MPT tem liberdade de voto em relação a esta matéria.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra para informar que relativamente ao assunto aqui apresentado, referindo que foi bem explanado. A BELTOUR tem mérito, um excelente trabalho que tem dado frutos de que o concelho de Belmonte tem vindo a usufruir. Contudo é uma responsabilidade do executivo da Câmara Municipal, pelo que a bancada subscreve a apresentação do texto apresentado pela deputada Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT).

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para informar que está na legislação. É uma competência da Câmara Municipal e mesmo que esta Assembleia a votar por unanimidade, esta recomendação vai ter de ser analisada e tomada a respetiva decisão.

O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar que pode propor a votação a proposta de distinção honorífica à BELTOUR, mas, deveria ter sido apresentada através da bancada do PPD/PSD.MPT, e na Comissão Permanente onde teria sido debatida e analisada, pelo que vai passar à sua votação sendo a responsabilidade de cada bancada.

Após apresentação da proposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 4 abstenções de José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Carlos Manuel Pinheiro Gomes (PPD/PSD.MPT) e 15 a favor de Patrícia Isabel de Elvas Eusébio (PPD/PSD.MPT), Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho (CDU), Licínio Fernandes Benedito, Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira(PS), Hugo Adolfo dos Santos Taborda Presidente em exercício da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguías, David Alves Martins Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Sequeira Cruz, , Presidente Assembleia Municipal Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal Artur Alberto Mendes de Elvas e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, Segunda Secretária da Assembleia Municipal pelo que a proposta sobre a "**Distinção Honorífica à BELTOUR**", foi aprovada por maioria dos presentes na*

votação e será enviada para o senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte Dr. António Pinto Dias Rocha.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Exmos. Senhores Deputados Municipais
Senhores Autarcas*

É com pertinente preocupação que verifico graves anomalias na obra de reabilitação do pavimento e passeios da Rua Pedro Alvares Cabral.

São várias as situações de pedras já partidas, outras desalinhas ou desniveladas, mostrando deficiências de construção.

Pergunto a V. Exa. se a obra foi definitivamente rececionada ou se ainda se encontra dentro do período de garantia.

De qualquer forma, recomenda-se a reparação, sob pena de a breve trecho nos começar a envergonhar.

Em tempo oportuno manifestei a minha opinião pela desnecessidade de proceder à marcação do pavimento rodoviário em contraste com a necessidade, essa sim justificável, da reparação ou repavimentação do já então degradado pavimento.

Assistimos agora a uma maior degradação do pavimento em vários locais das estradas municipais, e das ruas citadinas.

Esperamos que rapidamente se proceda à reparação das mesmas e à limpeza de valetas cujo entupimento em muito contribui para a degradação dos pavimentos.

Acabam os municípios do concelho de receber a fatura da água com um aumento substancial.

Num momento em que o governo do Partido Socialista anuncia uma inflação de quase 0%, o que não é uma realidade; Em que os aumentos propostos para função pública é de 0,3%. Em que os aumentos das pensões se situam entre 0,7% e 0,2%. Os aumentos propostos situar-se-ão em cerca de dois ou três euros mensais.

Ora com o aumento agora verificado na fatura da água que rondará no mínimo quatro ou cinco euros, fica claro que só o custo deste precioso bem de uso diário absorve os aumentos anunciados nos salários e nas pensões de reforma.

Em boa hora houve autarcas com visão que trouxeram água para Belmonte a custo quase zero. Lamentavelmente essas infraestruturas encontram-se hoje abandonadas.

Hoje dependemos da vontade de terceiros que nos fornecem o precioso líquido a um preço exorbitante.

Pagamos o tratamento das águas residuais e no entanto continuamos a ter tratamento de esgotos em lagoas, descargas em linhas de água e os nossos ribeiros e rios continuam poluídos. Chegamos ao cúmulo de ter que pagar o tratamento da água das chuvas.

Como se tanto não bastasse, e de acordo com declarações do Exmo. Presidente, nesta Assembleia, cerca de 62% da água que compramos em alta são desperdiçados que conseqüentemente têm que ser pagos por alguém.

E como habitualmente, como ninguém resolve o problema dos 62% de desperdício, quem paga é quem consome; Mas paga para além do que devia.

É com alguma estupefação que com frequência ouvimos lamentações dos cidadãos quando necessitam de alguns serviços municipais. Não é raro que sempre que se solicita uma certidão, receba dos serviços a informação de que ou não se encontra ou não existe nos arquivos municipais.

Assim, é pertinente perguntar a V. Exa. qual a situação atual da informatização dos serviços e mais concretamente se irá a Camara Municipal proceder à organização e digitalização de todo o arquivo municipal.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para responder os assuntos apresentados pelo sr. Deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT).

A obra de reabilitação da Rua Pedro Álvares Cabral ainda não foi rececionada, pretende-se ir melhorando-a de forma a torna-la mais agradável. Referindo que um dos pontos que muito o preocupa é o facto de não ter acesso para deficientes.

As reparações na Rua Pedro Álvares Cabral dentro daquilo que é necessário, deseja coloca-las na obra que se está agora candidatar de arranjo quer para Norte quer para Sul.

Referente às estradas principais, possui um excelente relatório que o eng.º Carlos Simões efetuou, quer em termos de ferrovias, quer em termos das nossas redes viárias. Informou que no concelho de Belmonte, há camiões a permanentemente a circular nas nossas vias na reparação da ferrovia, pelo que aguarda que o governo português e o senhor Ministro da as Infraestruturas, ou quem ele indicar, esteja recetivo às questões lhe irá colocar. Caso o senhor Ministro da as Infraestruturas não seja recetivo, tem de se ir melhorando as vias que não estão em condições.

Quanto aos aumentos na média da fatura da água será de 4,00€ ou 5,00€, mas os desfavorecidos continuam a ter os apoios sociais previstos da Câmara Municipal.

Informou que foi feito um ótimo trabalho pelos autarcas anteriores, mas este trabalho foi efetuado nos anos 50. Provavelmente as condições anteriores já não teriam condições para abastecer com qualidade o concelho de Belmonte.

As perdas de água têm de baixar para menos de 60%, esperando que no final do ano seja menos de 30%.

Comunicou que está a ser desenvolvido pela Associação de Municípios da Cova da Beira, que envolve as redes em baixa, quer de saneamento, quer de abastecimento de água e, que está uma empresa conceituada a trabalhar esta matéria para depois apresentar solução ou soluções aos municípios.

Relativamente á dificuldade de pessoas em tratar de assuntos nos serviços da Câmara Municipal, informou não ter conhecimento de tais factos. Caso venha a ter conhecimento de tais factos, ele próprio pressionará os funcionários, caso seja necessário, pois não há razão para haver atrasos de resposta aos nossos municípios.

Relação á situação administrativa, informou que pretende melhorar, esperando que em janeiro de 2020, ter iniciados as obras neste edifício para criara melhores condições de quem cá trabalha e, para quem precisa de aqui se deslocar a tratar dos seus assuntos. A modernização administrativa vem aí, pelo que não poderemos ficar parados no tempo.

Durante o próximo ano a Câmara Municipal, solicita a compreensão da população do concelho de Belmonte, e de todos aqueles que necessitem dos serviços da

Câmara, uma vez que vai mudar as instalações para o edifício onde funcionaram as Finanças, e na parte do rés-do-chão onde existiu um bar, pelo que espera que possam proporcionar os serviços á população enquanto decorrem as obras no edifício da Câmara Municipal e que não tinha pelo menos à 70 anos.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para apresentação de uma moção pelo fim da cobrança de portagens nas ex-SCUTs A23 e A25, a qual se transcreve integralmente.

“Moção

Pelo fim da cobrança de portagens nas ex-SCUTs A23 e A25.

A introdução de portagens nas ex-SCUT constituiu um rude golpe no tecido económico da região e agravou as já difíceis condições de vida de todos aqueles que, sem alternativas, circulam nestas vias estruturantes.

Decorridos todos estes anos, perderam o Estado, a economia regional, os trabalhadores e a população em geral.

Mas houve quem ganhasse como os concessionários, que ganham sempre, mesmo quando o tráfego é reduzido.

A introdução de portagens tornou pior a mobilidade das populações, aumentou as injustiças, fez disparar o encerramento de empresas e o desemprego, com consequências evidentes no agravamento da situação social, com o aumento da pobreza.

A redução dos preços verificada, sendo uma conquista da luta dos movimentos contra as portagens, é claramente insuficiente. O que é necessário é a eliminação da cobrança de portagens.

Assim, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 19 de dezembro de 2019, delibera:

- 1. Reiterar todas as posições anteriormente assumidas contra a introdução de portagens nas ex-SCUT;*
- 2. Reclamar ao Governo a necessidade de acabar com a cobrança de portagens nas ex-SCUT A23 e A25.*
- 3. Apoiar as reivindicações da Plataforma “pelo fim das Portagens ex-SCUT A23 e A25”.*

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que esta moção é um assunto decorrente nesta Assembleia por diversas vezes mostraram a posição em relação a esta matéria, e nos termos em que a proposta está escrita, evidentemente que a subscrevem. Transmitir também que a atual Ministra da Coesão, Professora Ana Abrunhosa, disse publicamente que se constituía como uma embaixadora deste anseio desta pretensão de abolição das portagens na A23 e A25, pelo a expectativa neste momento é grande, e a bancada do PPD/PSD.MPT votará favoravelmente.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra para informar que relativamente a este tema, foi ontem debatido na Comissão Permanente. É uma luta que não vai para e

finalmente para haver vontade de passar das palavras aos atos, pelo a bancada do PS votará favoravelmente.

Após apresentação da moção o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a moção sobre **"Pelo fim da cobrança de portagens nas ex-SCUTs A23 e A25"**, foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação.

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte

4 - Período da Ordem do Dia;

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha que informa não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para apresentar a sua intervenção para apresentar um requerimento que se transcreve integralmente.

Todo o processo de encerramento da empresa "Classic Belmonte Shoes", que recebeu os já referidos apoios por parte do Município no concelho de Belmonte, deve ser esclarecido. Recordamos que foi objeto de uma pergunta de um eleito na Assembleia Municipal de Belmonte que mereceu uma resposta do Senhor Presidente da Câmara que, por sua vez, originou uma resposta pública por parte do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da Beira Baixa. Este sindicato refutou as acusações de que foi alvo afirmando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não disse tudo o que sabia, porque o sindicato o informou do processo.

A ser verdade, o que o sindicato diz, estamos perante uma situação de desrespeito para com a Assembleia Municipal, considerando a gravidade da troca de acusações públicas entre o Senhor Presidente da Câmara e o referido sindicato.

O processo de encerramento da "Classic Belmonte Shoes" está a criar fundamentadas preocupações aos trabalhadores porque, segundo estes, o património da empresa está subavaliado, comprometendo-se os seus reais interesses, uma vez que não está a ser considerado o valor patrimonial completo (pavilhão ali construído). O Fundo de Garantia Salarial não cobre todos os créditos laborais e deixa quase todos os trabalhadores com valores a receber.

Vimos assim solicitar ao senhor Presidente a convocação, com caráter de urgência, de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, visando o esclarecimento de todo este processo e dando, naturalmente, a oportunidade ao Sindicato Têxtil de participar e intervir.

Questiona ao senhor Presidente da Câmara, que a feira de dezembro é das mais emblemáticas daqui da região, e foi realizada na variante de Belmonte. Quando á pouco tempo foi inaugurado um espaço para feiras e mercados, que em princípio deveria abarcar estas feiras.

Questionou a CDU é, por que motivo a feira não foi realizada neste espaço?

Depois verifica-se nas informações do senhor Presidente da Câmara que a expansão da Praça das Artes é para acolher o recinto de feiras e mercados.

Então quantos recintos de feiras e mercados vamos ter?

Há algum que seja suficientemente grande para abarcar tudo?

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para responder aos assuntos apresentados pela sra. deputada Rosa Coutinho (CDU).

Em relação empresa "Classic Belmonte Shoes", a Câmara Municipal já esclareceu tudo o que havia para esclarecer.

Informou que a Câmara Municipal não é dona do espaço, estando atenta ao que se passa, tendo-se muitos empresários deslocado à Câmara Municipal, para saberem se podem ficar com aquele espaço. Mas não compete à Câmara Municipal, pelo que devem contactar o senhor Administrador de Insolvência, e que o sindicato tem conhecimento de quem é.

A feira de dezembro, foi feita na variante de Belmonte, tendo em conta que era uma feira que envolvia muita gente, e onde já se realizaram várias.

Mencionando que sempre tem proporcionado transportes gratuitos nas deslocações para a feira.

Este ano foram poucos os feirantes que aí se deslocaram.

Vai propor à Câmara Municipal para que a próxima feira de dezembro seja realizada no local destinado a feiras e mercados.

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para referir a sua preocupação para o que aí vem no próximo ano. Qual é a estratégia da Câmara Municipal para esse efeito e, se cozinha vai continuar a funcionar.

Sobre a Comissão Municipal de Trânsito apresenta as felicitações ao executivo.

Já está em funcionamento, mas ainda não é notado o seu trabalho, pelo que apresenta duas sugestões à a Comissão Municipal de Trânsito.

A paragem do autocarro frente à pastelaria Monumental, se fosse feita a seguir à pastelaria, criando um espaço para paragem do autocarro e deixa-se de congestionar o trânsito no meio da via.

O trânsito na Rua Pedro Álvares Cabral que inicia junto ao do Museu dos Descobrimentos e Ecomuseu do Zêzere, terminando na extremidade próxima da Estátua de Pedro Álvares Cabral, fosse realizado no sentido oposto.

Acerca da iluminação pública, volta a expor que não se conforma que acenda no Colmeal da Torre às 16:30 horas, na rotunda de acesso Norte a Belmonte e nas quintas pelas 15:30 horas, e ao amanhecer continuem desligadas. Esta situação é lamentável por mais explicações que lhe comuniquem, dificilmente os aceita devido às diversas vezes que foram apresentadas.

Com esta intempérie solicita que a Câmara Municipal ordene tapar os buracos que agora iram aparecer nas estradas municipais, e em Malpique onde há muitos.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para esclarecer o sr. Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que em relação à cozinha, é na escola que vai continuar a funcionar, e aí continuam a ser confecionadas as refeições.

Quem vai prestar o serviço é a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, que vai ter um protocolo com a Câmara Municipal a pagar 2,4€ por refeição.

Quanto à Comissão Municipal de Trânsito, solicita que faça chegar as suas recomendações por escrito, para que lhe sejam apresentadas.

Referente à iluminação pública, vai solicitar á junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre que faça chegar informação, para esclarecer com os responsáveis os motivos de haver iluminação durante o dia que não é feita de noite.

Relativamente à reparação da estrada será feita dentro das possibilidades da Câmara Municipal.

4.2. – Apresentação, Discussão e deliberação da Fixação da taxa de participação variável do IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais;

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente.

----- CERTIDÃO -----

**ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:** -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

3) PROPOSTA DE IRS -----

----- À semelhança do ano anterior foi proposto manter em 2,5% a taxa de participação variável do IRS, por forma a não penalizar as famílias. -----

----- O Senhor Vereador Luís António de Almeida sobre este assunto proferiu a seguinte

Declaração de Voto: -----

“Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida. -----

----- Sobre a proposta em apreço, manutenção da taxa do ano anterior em 2,5% entendo que tal produz efeitos positivos para todos os municípios do Concelho de Belmonte, pelo que Voto Favoravelmente. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como submeter à apreciação, discussão e votação por parte da Assembleia Municipal a proposta ora apresentada.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 03 de dezembro de 2019. -----

Rosa Coutinho (CDU), solicita a palavra apresenta uma declaração política da fixação da taxa de participação variável de IRS que se transcreve e que será arquivada em pasta anexa;

“Declaração política

Fixação da taxa de participação variável de IRS

A Câmara Municipal de Belmonte aprovou, por unanimidade, novamente, no seu Executivo Municipal, a proposta de abdicar de 2,5% do IRS cobrado no Concelho.

Esta verba, que devia ser aplicada no bem comum, reverte para os bolsos de alguns, os mais favorecidos, sendo, portanto, uma medida injusta do ponto de vista social.

Assim, recordamos os argumentos que têm levado a CDU a votar contra esta medida.

Apesar dos tímidos avanços no Orçamento de Estado para 2020, é urgente que se faça justiça social, especialmente sobre os rendimentos do trabalho.

A CDU discorda que impostos de âmbito nacional sejam reduzidos à custa das contas municipais.

A CDU sabe que a gestão municipal não é fácil e que tem custos fazer obras necessárias para responder às necessidades da população.

Assim sendo, por parca que seja a verba recolhida com a participação do IRS é, sem dúvida, uma das fontes que os Municípios possuem para os seus orçamentos.

Como já em outros anos referimos, o peso da verba dos beneficiários da medida, ora proposta, não é significativa para as famílias, porém ela pode ser usada no seu conjunto, em benefício coletivo.

Perante o exposto, a CDU recomenda à Câmara que retire esta proposta e que aplique a totalidade da verba recolhida com o IRS no concelho de Belmonte.

Analisada a proposta do IRS para o ano de 2020, a CDU declara que não pode votar favoravelmente.”

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação a esta proposta a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU), 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a “**Fixação da taxa de participação variável do IRS,**” foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

4.3. – Apresentação, Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----
5) PROPOSTA - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -----

----- Foi presente proposta de fixação da taxa municipal dos direitos de passagem para 2020 em 0%, à semelhança do que sucedeu no ano anterior. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como submeter à apreciação, discussão e votação por parte da Assembleia Municipal a proposta ora apresentada.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 03 de dezembro de 2019. -----

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

*Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra questionar que se esta fosse aplicada a empresas, qual seria a receita estimada?
Referente a este assunto a CDU abstém-se.*

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para esclarecer a sra. Deputa Rosa Coutinho (CDU), que irá solicitar aos serviços informação referente a este assunto.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 1 abstenção e 18 votos a favor, pelo que "a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, "foi aprovada por maioria dos presentes na votação

4.4. – Apresentação, Discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação das taxas para o ano 2019

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de outubro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----
3) PROPOSTA DE TAXA DE IMI (IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS)

----- Pelo Sr. Presidente Dr. António Dias Rocha, foi presente proposta no sentido de manutenção das taxas de IMI de 2020, ou seja 0,8% para prédios rústicos e 0,3% para prédios urbanos. Constando ainda, da referida proposta: -----

A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação ao abrigo do n.º 2 do art.º 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas. -----

Elevar para o triplo a taxa prevista, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio; -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do imposto Municipal sobre móveis, a redução levando em consideração o número de dependentes a cargo. -----

----- O Senhor Vereador Luís António de Almeida sobre este assunto proferiu a seguinte Declaração de Voto. -----

----- Esta proposta defende as regras do equilíbrio orçamental do Município, pois é um facto indesmentível que fruto da difícil conjuntura sócio económica que o país vem vivendo, por parte do poder central em que se tem vindo a pedir uma maior intervenção e responsabilização das autarquias na gestão e resolução dos problemas dos territórios.

----- Em linha com o que tem sido a atuação do presente Executivo quanto á importância de manter pessoas mais desfavorecidas economicamente, como preocupação central da sua acção e face aos factos que constam na proposta apresentada, com as quais concordo, Voto favoravelmente. -----

----- Após alguma troca de impressões, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os valores propostos para Taxa de IMI e submeter os mesmos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09. -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 03 de dezembro de 2019. -----

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

A CDU, mais uma vez, declara que é essencial para as autarquias a cobrança de impostos pois, a partir daí, se garantem as funções e as responsabilidades perante os cidadãos.

Se por um lado, reconhece que o proposto, na generalidade, apresenta valores razoáveis, por outro, a CDU declara uma discordância total, em que a fixação de um imposto, que deve ter como referência o valor do respetivo imóvel, resulte do número de dependentes do agregado familiar. Trata-se de uma verba municipal que deve ser aplicada em benefício coletivo.

Analisada a proposta do IMI para o ano de 2020, a CDU declara que não pode votar favoravelmente.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que em relação à proposta apresentada a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU), 0 abstenções e 18 votos a favor, pelo que o " **Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação das taxas para o ano 2019,**" foi aprovada por maioria dos presentes na votação.*

4.5. - Apresentação, discussão e votação da minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião realizada em 19 de dezembro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A - DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOURARIA -----

A.3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.5.) ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

----- Foi presente á Câmara Municipal a Adenda ao Contrato Interadministrativo, agendado em epígrafe, a qual já havia sido apresentada anteriormente, e que não foi objeto de qualquer decisão por parte do executivo, uma vez que tinha que se proceder á recolha de mais informação sobre o assunto. -----

----- O Excelentíssimo senhor Presidente, informou que a CIMSE, já havia aprovado o início do procedimento de contratação pública para transportes coletivos na área territorial desta Comunidade Urbana.

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a minuta do contrato em questão e submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal.** -----

---- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 19 de dezembro de 2019. -----

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, que esclareceu estar definido que seja a CIMSE a ficar com a responsabilidade dos transportes de passageiros, escolares, intermunicípios e extramunicipais, envolvendo os Municípios da CIMSE. Infelizmente, a empresa que foi contratada para fazer este trabalho não o conseguiu fazer a tempo.

A CIMSE informou os Municípios que deveriam voltar a assumir a responsabilidade nos transportes escolares, nos serviços públicos e no serviço de transporte flexível, até que o concurso internacional para a concessão da rede de transportes públicos da CIMSE seja operacionalizado.

Nesse sentido, solicitou à Assembleia que autorize a Adenda ao Contrato Interadministrativo, que já foi aprovado pela Câmara Municipal.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para informar que em relação às razões apresentadas a bancada do PPS/PSD vai votar favoravelmente.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra informar que a bancada do PS vai votar favoravelmente.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para informar vota favoravelmente.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 votos a favor, pelo que a **"Adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros"**, foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação.*

Antes do próximo ponto, o senhor Presidente da Assembleia, informa que por possíveis incompatibilidades, se vai ausentar durante a apresentação discussão e

votação do ponto 4.6., deixando em sua substituição o 1º secretário, Artur Elvas e o quórum com presença de 18 elementos:

4.6. - Apresentação, discussão e votação da "Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2020" - Relatório final

O 1º secretário, Artur Elvas, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião realizada em 05 de dezembro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A - DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOOURARIA -----

A.3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.6.) "CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO 2020" - RELATÓRIO FINAL - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATUALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO -----

----- Foi presente Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 02-12-2019, mediante o qual se dá início ao procedimento de contratação do empréstimo de curto prazo, para acorrer a necessidades de tesouraria, no montante de 500.000,00€ pelo prazo de 12 meses.-----

----- A Câmara Municipal, deliberou aprovar o relatório final do júri por unanimidade, para contratação de empréstimo a curto prazo, com o Banco BPI, banco que oferece as melhores condições, nos termos conjugados do n.º3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, do n.º 5 do artigo 49º da Lei das Finanças Locais e da alínea f) do n.º1 e n.º 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como remeter para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

---- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 16 de dezembro de 2019. -----

O 1º secretário, Artur Elvas, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, passa a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha que informou que os custos que o empréstimo tem é de 0,28%, e que a melhor proposta apresentada foi a do Banco BPI.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Camara
Exmos. Senhores vereadores
Exmos. Senhores Deputados Municipais
Senhores autarcas

Relativamente ao pedido de empréstimo de curto prazo, mais uma vez reiteramos a nossa opinião de que se tem vindo a deteriorar a situação financeira da Camara Municipal, fruto é certo das opções políticas que têm vindo a ser tomadas pelo Exmo. Executivo. Vamos de empréstimo em empréstimo até que se encontre esgotada a capacidade de endividamento municipal.

Não quero, no entanto, deixar passar em claro a falta de rigor e de pontualidade nos documentos que nos têm vindo a ser apresentados.

Concretamente na certidão sobre a contratação do empréstimo de curto prazo 2020, é referido um empréstimo de 500,00 euros pelo prazo de 12 meses. SERÁ?

Seria de toda a conveniência que os documentos passassem por uma revisão antes de assinados e enviados.

Talvez tenha havido telepatia e no próprio dia da assembleia e a certidão foi retificada, mas unicamente para quem recebe a documentação por correio eletrónico.

O 1º secretário Artur Elvas, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, informa o sr. Deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT), que o erro foi detetado na Comissão Permanente.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para informar que os empréstimos são como as desculpas, evitam-se, só em último caso se deve recorrer a eles. Pelo que supõe seja esta a ideia do senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT).

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que tendo em conta a baixa taxa de juro e as necessidades imediatas de tesouraria, a bancada do PS vai votar favoravelmente.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que o pode aqui haver uma questão de interpretação, mas, aquilo que somos levados a crer, é que o contrair deste empréstimo, é para pagar um empréstimo que foi feito no passado ano, que vai vencer em 31 de dezembro de 2019.

A bancada do PPS/PSD entende as razões pelo qual é feito, embora não concordem com elas, pelo vai votar favoravelmente.

Após discussão 1º secretário, Artur Elvas informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra (PPD/PSD.MPT), 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a **"Contratação de Empréstimo a Curto Prazo 2020" - Relatório final**, foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação.*

Verificou-se a entrada do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Borralhinho que voltou a assumir a presidência da Assembleia.

4.7. - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2020

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- **CERTIDÃO** -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de outubro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A.3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.10) MAPA DE PESSOAL 2020. -----

----- Foi presente a reunião de Câmara a apresentação do Mapa de Pessoal de 2020 para ser submetido a aprovação -----

----- O Sr. Presidente comentou que era muito semelhante ao apresentado o ano passado, tendo sido criado um novo posto de trabalho de Coordenador de Proteção Civil que era obrigatório. -----

----- Sobre este assunto o Sr. Vereador Luís António Almeida fez a seguinte declaração de voto:

----- O Mapa de Pessoal é de instrumento dinâmico de gestão, sendo o documento que contém o número e a caracterização dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento da atividade da Câmara Municipal, devendo acompanhar o respetivo orçamento a remeter á Assembleia Municipal para aprovação anual. -----

----- O Mapa de Pessoal do Município de Belmonte para o ano de 2020 foi elaborado nos termos do disposto nos artºs 28 e 29 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 26/06 e prevê os postos de trabalho necessários, tendo em conta as atividades a desenvolver durante o ano de 2020, pelo que e estando cumpridas todas as formalidades legais referidas, voto a favor da aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2020. -----

----- **A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Mapa de pessoal para os efeitos constantes da alínea o) do n.º1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09, bem como remeter para apresentação, discussão e aprovação da Assembleia Municipal.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 03 de dezembro de 2019. -----

José Feliciano (PS) tomou apalavra para referir que sobre este assunto, em boa hora a Câmara Municipal criou no seu quadro de pessoal o lugar para responsável da Proteção Civil de grande responsabilidade. Pelo que espera que surja um profissional

entendido na matéria para o desempenho do cargo. Pois o concelho só tem a ganhar com esta nomeação.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para solicitar um esclarecimento, porque no mapa que é apresentado, sob o ponto de vista julga o Mapa do Quadro de Pessoal é um erro, pelo que deve ser corrigido.

Na coluna mobilidade intercategorias, o somatório não está correto, sendo de 3 e não 1 como está referido, porque depois nos totais faltam 2 lugares.

Solicita um pedido de esclarecimento ao processo que tem estado a decorrer, sob o ponto de vista de integração de precários, sendo que no ano de 2018 quando foi aprovado o quadro de pessoal, os lugares providos com o pessoal seriam cerca de 73, e este ano aparece como lugar de providos 76.

O processo de precários já sinalizados quantos são?

Não compreende como está a ser contabilizado, pois aparece o número 19 de lugares a prover em 2020, e deveria aparecer como lugares providos 86.

Em relação ao Mapa de Pessoal sob o ponto de vista do seu conteúdo, continua a achar como positiva a integração de colaboradores, que têm uma aspiração legítima sob o ponto de vista da sua integração nos quadros do Município.

Esta integração destes colaboradores tem forçosamente trazer como resultado, uma significativa melhoria de aumento de eficácia e de eficiência nos serviços, por forma a que possam ser rentabilizados as suas competências.

A bancada do PPD/PSD.MPT vai votar favoravelmente.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar o sr. Deputado José Feliciano (PS) que é um lugar que deve ser preenchido por uma pessoa qualificada e responsável na área da Proteção Civil.

Refere também que foi aberto um concurso para a um responsável na área financeira da Câmara Municipal, e é uma necessidade absoluta.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração voto

Relativamente a esta matéria, não vislumbramos grandes alterações, nem mesmo quando se perspetiva a assunção de novas competências nas diversas áreas.

Com efeito, na Equipa Multidisciplinar, criada justamente para Integrar as atribuições e competências que na área da educação venham a ser transferidas para o município, não detetámos acréscimo de trabalhadores. Afinal, como se explica que se tivessem aceite as competências sem que isso corresponda a um acréscimo de trabalhadores que, do nosso ponto de vista, tem de vir obrigatoriamente refletido no Mapa de Pessoal.

Discordamos da privatização do serviço público de resíduos e esvaziamento da capacidade operacional do município. Sempre denunciámos que a diminuição de funcionários operacionais levaria à privatização de serviços públicos. Um flagrante exemplo é a aprovação, por unanimidade, do “lançamento de um concurso público internacional para concessionar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos em todo o concelho”, notícia vinda a público em novembro deste ano.

Salientamos que Belmonte é, de acordo com o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, um dos municípios que menos gasta com pessoal na despesa total e um dos que apresenta menos volume pago em despesa com pessoal em 2018, dados que ilustram a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, bem como do serviço público.

Na nossa perspetiva fazem falta trabalhadores, faz falta a sua valorização, e faz falta mais serviço público.

Por tudo isto, a CDU vota contra.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar o sra. Deputada Rosa Coutinho (CDU) que não vai ser feita nenhuma concessão, há sim uma prestação de serviços.

Licínio Benedito (PS), tomou a palavra para informar que é um ponto muito importante, dota-los de competências necessárias. As pessoas devem ser sempre a solução para o problema, e nunca o problema.

Portanto cabe ao executivo perceber que tipo de encargos são necessários reforçar, que tipo de formação de desenvolvimento é necessária dar aos colaboradores.

A bancada do PS vai votar favoravelmente.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU), 0 abstenções e 18 a favor, não estando presente da sala da Assembleia Municipal o Presidente da União de Freguesias de Belmonte Colmeal da Torre, pelo que o **"Mapa de Pessoal 2019"**, foi aprovado por maioria dos presentes na votação.*

4.8. - Apresentação, discussão e votação do Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM 2020

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- CERTIDÃO -----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOURARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião realizada em 05 de dezembro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A - DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOURARIA -----

A.3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.5.) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA EMPDS BELMONTE, EM -----

----- Foi presente à reunião de Câmara pela EMPDS - BELMONTE, EM, o plano de atividades e orçamento para o ano 2020. -----

----- **A Câmara aprova o Plano de Atividades e Orçamento da EMPDS - BELMONTE, EM.** -----

---- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 17 de dezembro de 2019. -----

Luís d'Elvas (PPD/PSD.MPT) solicitou a palavra apresentar a sua intervenção aproveitando para desejar a todos umas felizes festas nesta quadra natalícia.

Analisados os documentos de prestação do plano e orçamento da EMPDS - BELMONTE, EM, é de opinião que os documentos apresentados pela da EMPDS - BELMONTE, EM, são pouco aprofundados, não apresentam estudos nem projeções e não estabelecem objetivos em matérias cruciais para o concelho, como são desenvolvimento económico e social, a cultura e outras áreas.

No âmbito da sua atuação não identificam os principais problemas e potencialidades do concelho, e por essa razão não definem prioridades.

A informação apresentada resume-se à gestão corrente da rede museológicas, a que acresce uma listagem de eventos a apoiar.

Não pode estar mais em desacordo com o espírito que se proclama no plano e orçamento que denota uma gestão puramente casuística, pelo que passa a citar:

As iniciativas não têm datas, os projetos são espontâneos e queremos apoiar-los.

Citou a página 6 do plano e orçamento da EMPDS -BELMONTE, EM.

PPD/PSD.MPT defende a aposta numa cadência de projetos trimestrais que mantenham o foco e a atração turística, sem com isso deixar de apoiar iniciativas de consumo interno.

Notou o prolongamento e repetição de "ad eternum", da intenção de candidatura à UNESCO de património imaterial de Belmonte.

A bancada do PPS/PSD vai votar contra o plano e orçamento da EMPDS - BELMONTE, EM, por considerar que a mesma não está á altura das necessidades financeiras do concelho.

Por último notar também que a certidão não contém, ou pelo menos uma omissão no que diz respeito ao teor da votação do executivo, uma vez que refere que está aprovada, mas não refere o teor, se por unanimidade se por maioria. Apenas que está aprovada.

O senhor Presidente da Assembleia, solicita ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, qual foi a decisão da votação do Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM 2020 não consta da certidão.

Tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Dias Rocha informado que Plano de atividades e orçamento da EMPDS Belmonte, EM 2020 foi aprovado por unanimidade.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 6 votos contra (PPD/PSD.MPT) e (CDU), 0 abstenções e 13 votos a favor, pelo que o “**Contrato Programa EMPDS Belmonte, EM**” foi aprovada por maioria dos presentes na votação.

4.9. – Transferência de competências do Município de Belmonte para a Freguesia de Caria

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOURARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE:-----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião realizada em 05 de dezembro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte:-----

A – DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TESOURARIA-----

A.3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

A.3.4.) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE PARA A FREGUESIA DE CARIA

----- Foi presente á reunião de Câmara pela Junta de Freguesia de Caria o ofício n.º 32/2019 de 04/12/2019, relativamente á transferência de competências e no seguimento da reunião de 4 de dezembro, a informar que aceitam a contraproposta do município referente ás competências e recursos financeiros, no valor de 99.884,28€anuais, ou seja 8.323,69€mensais, a transferir para esta Freguesia.-----

A Câmara tomou conhecimento e aprova a resolução da Junta de Freguesia de Caria referente à contraproposta do Município de Belmonte sobre as competências e recursos financeiros no valor de 99.884,28€anuais, ou seja 8.323,69€mensais.

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão de Administração e Finanças, em 17 de dezembro de 2019.-----

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração voto

Transferência de Competências para a Freguesia de Caria

Notas prévias:

O Decreto-lei 57/2019 passou a prever que as Câmaras Municipais transfiram competências para as Freguesias, das quais se destacam, pela sua importância, as

seguintes: - Gestão e manutenção de espaços verdes; - Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; - Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; - Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados; - Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; - Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, entre outras.

Na realidade, muitas destas competências já eram exercidas pelas freguesias um pouco por todo o país, por delegação legal das câmaras municipais, através de acordos de execução e de contratos interadministrativos, marcados frequentemente pela escassez de meios e a elevada precariedade laboral.

O que agora se pretende, é a passagem destas atividades para as freguesias como competências próprias, exercidas por direito próprio, o que em si mesmo é um facto positivo. Contudo, a principal questão, é que aquilo que as Freguesias mais necessitam, é de recuperar condições, nomeadamente financeiras, para exercerem as atuais competências. Sem resolver este problema, um acréscimo de novas responsabilidades, não estando sequer garantido o financiamento dos custos de gestão, por exemplo, agravará inevitavelmente as dificuldades e poderá abrir campo à desresponsabilização e à privatização, com graves consequências.

Indo ao caso concreto:

- 1. A Câmara Municipal de Belmonte nunca foi pródiga na prática de delegação de competências nas freguesias, apesar das nossas insistências, mas tendo em conta o que dissemos acima, o contexto em que isto ocorre, esta é uma medida que encaramos com as devidas cautelas.*
- 2. Presumimos que a Freguesia de Caria terá negociado com a Câmara esta possibilidade - Terá sido a única? Pelos vistos parece que sim. Em que medida é que isto será gerador de quebra do princípio da universalidade e da eficácia da resposta pública, só o futuro dirá. Porém, e sem prejuízo da diversidade de escala de cada uma das freguesias, conviria evitar novas fragmentações e desigualdades.*
- 3. É necessário igualmente clarificar conceitos: o que significa por exemplo pequenas reparações em pintura (interiores, exteriores; e na carpintaria, etc..)*
- 4. As transferências envolvidas são as seguintes:*
 - Gestão e Manutenção de Espaços Verdes;*
 - Limpeza das vias e Espaços públicos, sarjetas e sumidouros;*
 - Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;*
 - Gestão e manutenção corrente de Feiras e mercados*
 - Pequenas reparações, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo, e manutenção dos espaços envolventes dos referidos espaços.*
- 5. As restantes competências continuarão a ser exercidas pela Câmara, que considera serem estruturantes.*
- 6. São apenas transferidos recursos financeiros.*

7. *Como é que foram apurados os valores? Houve algum estudo? Quais os critérios? Dividindo pela população dá 4,33 euros/per capita/mês.*
8. *Dirão que é o que a Câmara gasta atualmente, mas será o valor suficiente? Não nos parece, tendo em conta a realidade que observamos.*
9. *Sabe-se, isso sim, que no primeiro ano não pode haver aumento da despesa pública, nem decréscimo relativamente ao ano anterior e este valor será para os anos subsequentes.*
10. *Veja-se por exemplo a gestão de mercados e feiras: quanto custa só o policiamento? E a limpeza? Chegarão os 291 euros/mês? Temos as maiores dúvidas.*
11. *E em relação aos trabalhadores: Irá a Freguesia contratar trabalhadores? Vai entregar esses serviços? Contas por alto, um trabalhador com Salário Mínimo Nacional fica 12/13 mil euros/ ano, fora tudo o resto...materiais, etc. – dará para cinco/seis trabalhadores...serão os suficientes? Temos as maiores dúvidas.*
12. *Como serão atualizados os valores?*
13. *Se as coisas correrem mal, é possível a reversão das competências, ou seja, a retomada pela Câmaras das mesmas, mas é uma hipótese mais prática que teórica.*

Respeitando naturalmente a deliberação que vier a ser tomada pela Assembleia de Freguesia de Caria, não podíamos deixar de manifestar estas preocupações.

A CDU vota a favor, mas iremos acompanhar o desenrolar da experiência, tirando depois as nossas conclusões.

O Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, tomou a palavra para proceder à sua intervenção.

Expondo que há muitas questões que se colocam com esta delegação de competências nas freguesias, sendo uma das que mais tem ouvido: “porque razão só Caria aceitou esta Transferência de Competências”.

Esta Transferência de Competências para a junta de Freguesia de Caria pode ser importante para as populações, essencialmente porque são as freguesias que estão mais próximas da população, e as que melhor conhecem as suas necessidades.

Por essa razão decidiram aceita-las, independentemente de serem os únicos a aceitar a Transferência de Competências para o ano de 2020.

Na opinião do Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, os valores que aqui se apresentam, não deveriam ser negociados, nem pelas Freguesias, nem pelo Município.

Quem criou a Lei 57/2019, deveria ter previsto imediatamente valores para as respetivas Competências, e aí haveria igualdade a nível nacional.

Assim, cada Freguesia negocia com o Município, que lhe pode criar eventualmente algumas desigualdades.

Informou que já comunicou à ANAFRE e à DGAL.

No concelho de Belmonte irá começar no ano de 2020, com a Freguesia de Caria, sendo que no auto de Transferências de Competências haverá obrigatoriamente uma cláusula que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte referiu na altura de negociação.

Exigirá o senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte que, em 2020 se proceda a uma avaliação, para saber o que correu bem e menos bem, e se os valores envolvidos são realmente os valores adequados.

Quanto á questão colocada pela sra. Deputada Rosa Coutinho (CDU), a própria Lei 57/2019 prevê a reversão das Competências.

Aproveita a ocasião para dar conhecimento de uma matéria que lhe merece grande respeito, que é a lei 17/01 publicada a 19 de dezembro de 1924, no seu artº 1º, em que diz: "que é elevada à categoria Vila a povoação de Caria, do concelho de Belmonte", ou, seja completa hoje 95 anos que Caria é Vila.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que, com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, ficamos esclarecidos e elucidados do processo que foi tido em conta entre a Junta de Freguesia de Caria e a Autarquia, e nesse contexto as partes estando "a contento", a bancada do PPD/PSD.MPT vai votar favoravelmente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para informar que chegou a acordo com a junta de Freguesia de Caria, e está a ter conversas com a junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, no sentido de assumir algumas responsabilidades e chegar a acordo.

Tem conhecimento que as Freguesias de Inguias e Maçainhas têm algumas reservas em relação ao assunto das Transferências de Competências, pelo que continuará as conversas afim de chegar a um acordo.

Após discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a " **Transferência de competências do Município de Belmonte para a Freguesia de Caria**", foi aprovada por unanimidade dos presentes na votação.*

4.10 - Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler parte da respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais, cujo se reproduz integralmente:

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de outubro de 2019, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A) UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ----- **1) APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 -----**

----- Foram presentes os documentos de suporte às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. -----

----- O Senhor Vereador Luís António de Almeida, sobre este assunto procedeu à seguinte declaração de voto: -----

----- “A elaboração de um orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de uma Câmara Municipal, têm de obedecer sempre a um conjunto de regras e diplomas que regulam quer a previsão de receitas, quer os documentos provisional para a realização da despesa. -----

----- Os documentos agora aprovados mantêm o cumprimento integral da Lei, pautando-se de uma criteriosa gestão dos Recursos disponíveis, procurando manter o reequilíbrio das contas do Município, controlar a dívida e honrar os compromissos. -----

----- Porém, pese embora todo o esforço já realizado, a situação Municipal não é ainda a que todos desejámos. Trata-se de um Orçamento de rigor e de grande responsabilidade.

----- O ano de 2020 não será certamente um ano fácil, mas com o trabalho de todos os munícipes do Concelho de Belmonte, com o dinamismo dos nossos empresários, das nossas instituições e associados, certamente trará progressos para os munícipes do nosso concelho pelo que com coerência voto a favor da proposta do orçamento e das Grandes Opções do Plano.” -----

----- O Senhor Vereador Amândio Melo procedeu à seguinte declaração de voto: -----

----- Relativamente a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020, vota a favor considerando que de acordo com as informações prestadas pelos serviços técnicos e pelo Sr. Presidente estão garantidas as obrigações legais e também porque em termos estratégicos lhe parece haver a preocupação de se darem as respostas esperadas pelas populações. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da competência ínsita na alínea e) do artigo 33º do Anexo 1 da Lei 75/2013, de 12/09, concordar com a proposta às GOP e Orçamento para 2020, hem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.** -----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 03 de dezembro de 2019. -----

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha para informar que na introdução que foi presente a todos os membros da Assembleia, transmite que as obras que estão previstas, e das que pretende realizar, ou, pelo menos inicia-las. Desde a Administração Municipal, ao projeto de Modernização Administrativa , às responsabilidades na Educação no 2.º e 3.º Ciclos, à responsabilidade no Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na área da Saúde, na área da Economia Social, na Requalificação e Reabilitação dos espaços públicos, na recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos, na Cultura com a recuperação do Património Histórico e Cultural, na rede Viária Municipal, nas novas Tecnologias Digitais, nas Transferências de Competências previstas na lei para as Freguesias, no continuar a apoiar as nossas freguesias, no continuar a apostar na área Empresarial de

Belmonte com a criação da mesma, no apoio às Associações e no apoio aqueles que querem investir no Alojamento e Restauração de Recreio.

Para questões técnicas que pretendam apresentar solicitou ao Técnico de Contas para estar presente para esclarecer todas as dúvidas dos membros da Assembleia.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Camara

Exmos. Senhores vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Senhores autarcas

Na introdução deste ponto constatamos que finalmente o Exmo. Executivo tomou consciência de que o município necessita de tomar algumas opções do ponto de vista financeiro, alias, necessidade que há muito temos vindo a preconizar.

É a maior necessidade de controlo das dívidas de terceiros, maior rigor nas dívidas a terceiros, absoluto rigor na compra das mercadorias, matérias-primas e sobressalentes para venda ou para consumo próprio, maior controlo do desperdício e adequada gestão do quadro de pessoal.

É pertinente a modernização das condições de trabalho, de conforto, de atendimento, mas também de uma melhor gestão dos recursos humanos.

Com a transferência de competências na área de educação irá o município assumir competências que obrigarão a um maior esforço na área da gestão dos recursos humanos.

Face a degradação de algum do equipamento escolar pensamos que deveria o município solicitar à administração central a sua reparação urgente.

Relativamente à saúde, temos a mesma opinião no que concerne à reparação do edifício e ao seu equipamento mais concretamente no que se refere ao aquecimento.

No que se refere à economia social pensamos que devem ser tomadas opções quanto aos gastos que se têm vindo a verificar. Há que fazer escolhas entre gastos com vários passeios

«Com tudo incluído» ou o apoio real aos realmente necessitados e às instituições que diariamente prestam assistência à envelhecida e doente população. Regista-se por parte do governo central uma total falta de apoio aos lares de terceira idade, aos hospitais de cuidados continuados em geral às IPSS. Todos os dias ficam nos hospitais públicos cerca de mil pessoas após a alta médica, porque não têm quem os receba ou em casa ou nos lares. Será então a hora dos municípios olharem com clareza para tais situações.

Quanto ao apoio às associações, pensamos que deve haver uma atenção especial nesta área e atribuir subsídios às associações que apresente e cumpram um plano de atividades. Por outro lado, que esse plano de atividades seja constante e permanente em comunhão com os seus associados e que não se limite a ações esporádicas para justificar o subsídio. Não necessitamos de associações que são subsídio dependentes, mas que o subsídio seja uma complementaridade.

Muito do que é proposto neste documento tem constado das promessas do executivo, quer em anos anteriores quer nas várias reuniões desta digníssima Assembleia. Com o atual quadro de pessoal, pensamos que é hora de colocar mãos á obra e incutir nas pessoas que é necessário colocar a sua formação, os seus conhecimentos e o seu trabalho ao serviço da população.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar o sr. Deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT), que as grandes reparações na saúde e na escola, não é a Câmara Municipal quem as deve assumir, mas sim o governo.

Comunica que há uma reivindicação de um pavilhão gimnodesportivo na escola, e também que está agora a tentar fazerem-se alterações do trânsito junto á escola, com a criação de mais estacionamentos, que podem ser concebidos com a redução de quatro para duas das faixas de rodagem que existem na rua de "La Meziere".

Está a tentar proceder à mudança do trânsito da rua que vem do pavilhão gimnodesportivo para a escola, de forma a coloca-lo num só sentido e com um passeio para melhorar a segurança das crianças e dos auxiliares.

Concorda com o sr. Deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) quando refere "como é possível estarem mil pessoas nos hospitais, devido ás famílias não terem condições para os acolher e receber".

Em boa hora, o Lar de Colmeal da Torre vai avançar com a criação de mais camas, a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte também vai criar mais camas, assim como o Lar de Maçainhas.

Informa que há três instituições na nossa região que se uniram, e querem recuperar o espaço da Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, situado na vila de Caria, junto ao pavilhão gimnodesportivo, para construir um Hospital de Demência, que é uma área extremamente grave e preocupante, porque que não há assistência.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra para ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

"Declaração voto

As Opções do Plano e Orçamento são um documento estratégico fundamental da atividade municipal.

Deve dar-nos a conhecer as atividades e os projetos de investimento que a Câmara Municipal está a desenvolver e programa para o próximo ano e seguintes, deve dizer-nos qual a política fiscal que o município vai prosseguir, bem como as restantes políticas públicas e as implicações daí decorrentes.

Este documento é de significativa relevância uma vez que já ultrapassámos metade do atual mandato e, até hoje, não se observa qualquer diferença relativamente às opções do mandato anterior.

Se tivermos presente que, por exemplo, o Orçamento inicial de 2018, aprovado nesta Assembleia, foi superior a 10 milhões e 290 mil euros e que as contas de gerência, que chegaram depois à Assembleia Municipal, registaram 7 milhões 641 mil euros...74% de execução das receitas e 76% de execução das despesas, uma taxa abaixo dos 85%, é pouco credível a execução de um Orçamento superior ao de 2018 e de 2019, neste

último caso, em mais de 1 milhão e 700 mil euros, totalizando 11 milhões 547 mil e 458 euros.

É certo que grande parte do aumento das Receitas Correntes encontra-se na aceitação de Transferência de Competências, no valor de 817 mil euros, medida da qual discordamos profundamente e continuaremos a combater.

O crescimento das receitas regista-se também na forte penalização dos tarifários de água, saneamento e resíduos...mais uma bela prenda de Natal! Na tarifa fixa de saneamento, a Câmara prevê arrecadar mais 30 mil euros face a 2019; mais 37 mil euros na tarifa fixa de resíduos; mais 31 mil euros na tarifa de disponibilidade. Ao mesmo tempo, nada se sabe do acordo de regularização de dívidas com a Águas de Portugal.

Como se não bastasse, a Câmara lançou um concurso para a privatização da recolha do lixo, daí o aumento das tarifas...medida que também rejeitamos pois este é um serviço público essencial que devia ser gerido pela Câmara, com vantagem para as populações e os trabalhadores, assim houvesse vontade política, o que manifestamente não existe nesta Câmara, que prefere aceitar funções que nunca exerceu e privatizar as que lhe compete desempenhar.

Já quanto a Projetos, e num contexto em que se contabilizam 27 ações com apenas 1 euro orçamentado, vamos continuar a aguardar pela ampliação de áreas empresariais, pela criação do parque tecnológico, pelo plano de ação e reabilitação urbana, pela recuperação de casas municipais, pela requalificação da rede viária, pela melhoria dos serviços de águas e saneamento. E mais uma vez, não há nada de novo para a Juventude, nem para as Freguesias.

No plano fiscal, a Câmara mantém o IMI na taxa mínima, tal como o chamado IMI familiar. Por outro lado, é sabido que não acompanhamos a aplicação do chamado IMI familiar, uma redução do IMI a aplicar a agregados familiares proprietários dos imóveis em que habitam em permanência e que tenham dependentes a cargo. Por se tratar de uma decisão que promove a iniquidade fiscal das famílias perante o fisco, ao não prever compensação de semelhante sentido para famílias com filhos que sejam arrendatárias e não proprietárias.

O mesmo relativamente ao IRS, porque devolve umas dezenas de euros em média, às famílias que no concelho possuem rendimentos mais elevados, ao mesmo tempo que retira ao município receitas que deveria utilizar na melhoria de equipamentos educativos, culturais, sociais e infraestruturas da sua responsabilidade e que todos cidadãos do nosso concelho, em particular os mais desfavorecidos, beneficiariam. Não nos podemos esquecer que só recebem esta devolução de 2,5% dos 5% do IRS que é entregue ao município, as famílias que pagaram IRS e mais de 50% das famílias no nosso país, certamente também no nosso concelho, têm tão baixos rendimentos que não chegam a pagar este imposto.

O Orçamento e as GOP's agora apresentados mantêm a trajetória política, o que significa a continuidade. Uma gestão que em nosso entender não está a preparar o concelho para as próximas gerações. Uma gestão que é incapaz de reivindicar projetos estruturantes para o desenvolvimento do concelho.

Por tudo isto, a CDU vota contra.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para responder à sra. deputada Rosa Coutinho (CDU);

Solicita que apresente projetos estruturantes.

Esclarece novamente, que não privatizou o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, está a concessionar.

O orçamento é maior que o de 2019, tendo em conta também as responsabilidades que foram definidas com as Transferências de Competências, pelo que terá de se pagar a um conjunto de funcionários que estão nas escolas na saúde. Pelo que só essas verbas aumentam o orçamento.

Em relação ao facto de não se notarem as obras, informa sra. deputada Rosa Coutinho (CDU), que este neste ano terminou-se o Centro Escolar de Caria e a remodelação do antigo campo de futebol de Belmonte, o qual se passou a chamar de Praça das Descobertas. Também que foram feitas um conjunto de obras nas freguesias do concelho, apoiamos coletividades e associações, onde foram gastos cerca de 600 mil euros. Comunica que os mordomos das festas, também têm que ser mais contidos na realização das festas. Nas festas do concelho, na Feira Medieval não devemos perder qualidade, devemos ser mais delicados a analisar os números que estão em causa.

Comunica que nada se sabe sobre o acordo com as Águas, porque ainda não há acordo.

Sabe-se, é um acordo a que já chegou, que se deveremos 6 milhões de euros, mas, as Águas estão a explorar as nossas estruturas á cerca de 15 anos e nunca nos pagaram, pelo que também tem que ser abordado este assunto, uma vez que as Águas deverão acima de 1 milhão de euros.

Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra, referindo que o senhor Presidente da Câmara mencionou um conjunto de obras que gostaria de ver concluídas neste orçamento, mas gostaria que fossem adicionadas mais obras. Sendo elas o esgoto de Colmeal da Torre, o cheiro da E.T.A.R. de Belmonte, e o telhado da escola de Belmonte - Gare.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para Esclarecer o sr. Deputado Carlos Pinheiro (PPD/PSD.MPT), que também pretende fazer essas obras, mas quem está a falhar são as Águas que não cumpriram o que estava estipulado num Contrato Programa.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra passando a ler a respetiva declaração de voto que será transcrita integralmente e arquivada em pasta própria:

“Declaração de Voto

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019

Estamos de novo a analisar e discutir as Grandes Opções do Plano e que têm associado o orçamento agora para o ano de 2020. Julgo e tenho quase a certeza que todos nós que estamos nesta sala, temos o mesmo objetivo, que é contribuir para a melhor qualidade de vida dos munícipes e dos cidadãos deste concelho, mas nem sempre as formas de o conseguir são as mesmas.

O documento reflete as opções deste executivo, ou a falta delas, e, como temos dito, voltamos a considerar que o documento é revelador de uma evidente falta de

capacidade de encontrar soluções que permitam concretizar algumas iniciativas que dessem novo fôlego ao concelho.

Temos diferenças na maneira de pensar, na maneira de planejar, na maneira de executar, na capacidade de intervenção sob o ponto de vista do que são as políticas públicas e por isso compete-nos aqui, questionar e trazer à discussão aquilo que consideramos serem os aspetos mais relevantes.

Ao ler o segundo parágrafo ficamos logo esclarecidos pela confissão de fé do executivo: “O ano de 2020 apresenta-se como um ano em que o Município de Belmonte terá que tomar algumas opções do ponto de vista financeiro, decorrentes, como é sabido, do início do pagamento da dívida referente ao Acordo de Regularização celebrado durante o ano de 2019, com a empresa Águas do Vale do Tejo. (...). Para que isso seja possível, será necessário proceder à reestruturação da dívida municipal, através dos instrumentos financeiros previstos na lei.” Dito isto percebemos desde logo as dificuldades acrescidas que aí vêm.

Contudo, o documento que nos é apresentado, poderia parecer, à primeira vista, que alguma coisa de novo iria acontecer.

De facto, se olharmos para os grandes números, o orçamento para 2020 apresenta um acréscimo de quase 18% relativamente a 2019. De 9,8 milhões em 2019, são agora propostos 11,5 milhões, ou seja, mais 1,7 milhões de euros. É claro que é um aumento muito significativo. Logo sobre este aspeto, as rubricas onde se imputam as necessárias receitas, levantam algumas dúvidas sobre a sua real possibilidade de concretização tal como irei referir à frente. Assim, poderíamos pensar que aqui estaria uma significativa capacidade de investimento, nomeadamente em bens e serviços, entre outros, mas não. Este aumento logo desilude quando analisamos as rubricas de despesa. De 3,9 milhões orçamentados em bens e serviços para 2019, a rubrica com o montante mais elevado, continuamos a ter 3,9 milhões para 2020. Então onde surgem as grandes alterações na despesa? Logo à cabeça vem a rubrica pessoal (Rubrica 01). De 1,6 milhões orçamentados para 2019, passamos para 2,4 milhões para 2020, isto é, mais 800 mil euros, quase um aumento de 30%. A seguir, em valor absoluto vem o aumento de despesa previsto com juros (Rubrica 03), de 63 mil euros orçamentados em 2019, passamos para 400 mil euros orçamentados em 2020, um aumento de 600% e a terceira rubrica que mais sobe é a 02011601, Água que passa de 614 mil para 825 mil euros (mais 34%). Só estas três rubricas levam 1,4 dos 1,7 milhões que aumenta o orçamento para 2020.

Queremos deixar claro que consideramos legítimas as expetativas de muitos colaboradores que estão a ingressar nos quadros da autarquia, bem como os acréscimos resultantes de descongelamentos de carreiras, progressões, entre outros. Mas não deixamos de considerar uma situação preocupante de asfixia na capacidade financeira da autarquia que esta situação irá provocar. Também a expetativa quanto ao desempenho destes colaboradores, no sentido de aumentar a capacidade de intervenção da autarquia nas questões do dia-a-dia dos municípios, bem como no seu aumento de eficácia e eficiência são, assim, muito altas.

Resumindo, esfumou-se a expetativa de termos grandes alterações ao que tem sido a prática deste executivo.

Voltando à receita, para um aumento de 1,7 milhões, o executivo prevê um aumento nas receitas correntes, em transferências correntes, de 1 milhão de euros de 2019 para 2020. A questão que se coloca é onde é que o executivo prevê essas transferências que

na sua quase totalidade são transferências do estado via Orçamento de Estado, ou via reembolso de projetos. Pode o Sr. Presidente informar destas 2 origens o que está previsto? A outra rubrica de receita mais significativa diz respeito a receitas de capital em Passivos (ou Ativos?) Financeiros que de 500 mil euros em 2019 passa para 925 mil em 2020. Pergunto também que ativos são estes que quase duplicam para o próximo ano.

Referindo agora alguns aspetos mais em particular, registamos com agrado um ligeiro acréscimo na rubrica de transferências (de mais 45 mil euros), onde estão contempladas verbas para as Associações, considerando a importância que estas instituições têm na dinamização de atividades culturais, desportivas e recreativas no concelho.

Também na despesa registamos, como referi, o aumento com água, de 614 mil para 825 mil euros e aqui gostaríamos de saber se já estão contabilizadas verbas para pagamento do contrato-programa com as Águas do Vale do Tejo. Todo o restante com distribuição de verbas semelhantes segue, em geral a mesma distribuição que teve em 2019.

Ainda nos investimentos, pedia também esclarecimento ao Sr. Presidente para o facto de estar previsto para Expansão da Praça das Artes para acolher o Recinto das Feiras e Mercado uma verba definida para 2020 de 52,5 mil euros e não definida de 300 mil euros. Qual é a ideia para esta intervenção?

Outro valor que carece de explicação está na rubrica 030502 "Outros" com um valor inscrito de 362,5 mil euros. Qual a explicação para este número quando para 2019 estiveram inscritos 63 mil euros.

Em investimentos em candidaturas, continua tudo, ou quase tudo ainda por confirmar: a intervenção no Castelo de Belmonte, Centro Interpretativo de Centum Cellas, a aguardar decisão, e parece que a candidatura poderá estar com problemas. Com promessa de submissão estão a reabilitação da Rua Pedro Álvares Cabral e intervenção nos arruamentos do Centro Histórico de Belmonte. Nestes casos é referido o programa CENTRO2020 pelo que gostaria de saber em concreto qual o eixo e se tem quota específica ou se é programa aberto a toda a região centro.

Como já é costume quando vamos para as rubricas das funções económicas, o panorama continua a ser desolador: Área Empresarial de Belmonte, que para percebermos que não passa de uma intenção basta verificarmos que no financiamento plurianual para 2020 nem sequer 1 euro tem atribuído, julgo que terá sido esquecimento; criação de plataforma de produtos locais e regionais, ampliação do regadio da Cova Beira-Qta das Pereiras, ligação do nó sul da A23 a Belmonte, construção da via circular externa Oeste a Belmonte, entrada oeste a Caria, entre outros.

Resumindo, consideramos que este documento, das Grandes Opções do Plano para 2020 e do Orçamento que lhe dá suporte, é o reflexo da incapacidade deste executivo mudar o rumo de gestão corrente deste município.

Neste sentido o PSD irá votar contra estas Grandes Opções do Plano e respetivo Orçamento."

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao Dr. Pedro Patrício (Consultor na área Financeira), mencionando que apontou o essencial das questões, caso exista alguma dúvida adicional agradece que seja apresentada.

Relativamente á Praça dos Descobrimentos, ela veio indiciar aquilo que já está na introdução do Orçamento, que é a necessidade haver medidas adicionais de dotação financeira que melhor serão detalhadas no ponto seguinte.

Relativamente às restantes questões, elas estão essencialmente associadas aos primeiros pagamentos do acordo com as Águas.

O acordo produzindo o efeito, iniciam-se os pagamentos das primeiras quatro prestações em janeiro de 2020, e daí haver um aumento significativo nas rubricas da água, também do saneamento e dos juros, na rubrica (030502) outros, que são juros de mora e têm um impacto muito importante no primeiro ano, porque há uma carência de pagamento de nove meses, e todos os juros dos primeiro nove são pagos na primeira prestação, pelo que tem um peso muito grande no Orçamento de 2020.

Essencialmente os ajustamentos do Orçamento, e as variações nas rubricas, são evidentes com a entrada dos precários, com o aumento do número de funcionários e com a Transferência de Competências, que estará refletido na receita e na despesa.

Os 500.000,00€ tem a ver com o curto-prazo, o remanescente tem a ver com os empréstimos que já foram votados nesta Assembleia, e que sendo visados pelo Tribunal de Contas entrarão em 2020. Já está prevista a sua entrada, ainda que caso não se verifique o visto, eles não poderão ser considerados, mas também iram colocar em causa seguramente a realização dos investimentos. Haverá uma redução dessa receita e da correspondente despesa.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra referindo que relativamente a este tema a bancada do PS reuniu, e analisou as rubricas onde haveria muito para discutir, mas são sempre opções as Grandes Opções do Orçamento.

A distribuição da riqueza para 2020 também são opções que o executivo define as melhores prioridades. Mas relativamente à aprovação e discussão deste Orçamento para 2020, a bancada do PS tomou uma posição que passou a ler:

A bancada do PS em reunião preparatória para esta Assembleia decidiu votar favoravelmente o Orçamento para 2020.

Pese embora esta aprovação unânime, queremos deixar vincada a nossa preocupação que é a preocupação generalizada da população que aqui representamos sobre os problemas evidentes de gestão de tesouraria que o Município vem apresentando no último ano.

Não no revemos neste tipo de críticas e certamente que o executivo também não se revê nelas, pelo que ao abrigo das nossas competências de fiscalização iremos estar atentos durante o ano de 2020 e gostaríamos que o executivo pudesse esclarecer esta Assembleia sobre quais as iniciativas que irá desenvolver para reverter esta situação.

Informamos ainda que, o executivo Municipal continuará a contar, como sempre, com todo o nosso apoio em todas as iniciativas, decisões e deliberações que visam o bem-estar dos nossos munícipes e o desenvolvimento das nossas Freguesias e, conseqüentemente, do nosso concelho. Aproveitamos para desejar ao executivo e colaboradores da Câmara Municipal, colegas da Assembleia Municipal, Comunicação

Social e todos os nossos munícipes do Concelho de Belmonte um Santo e Feliz Natal e um próspero ano novo.

Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra apresentado projetos estruturantes, referindo a ampliação de áreas empresariais, a criação de um parque tecnológico, plano de ação reabilitação urbana, recuperação de casas municipais, classificação da rede viária, melhoria nos serviços de água e saneamento.

Após esclarecimentos e discussão o senhor Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 6 votos contra (PPD/PSD.MPT) e (CDU), 0 votos e 0 abstenção e 13 a favor, pelo que as " **Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020,**" foram aprovados por maioria dos presentes na votação.*

4.11. - Informação Económica e Financeira do Revisor Oficial de Contas

O senhor Presidente da Assembleia, passou a ler a informação financeira prestada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Cruz Martins & Associada, Lda.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT), tomou a palavra para obtenção de esclarecimentos e reforçar aqui uma situação que já foi referida pela bancada do PS, e que aqui é plasmada sob o ponto de vista das evidências que têm a ver com as dívidas. Neste caso concreto o acréscimo da dívida a fornecedores que estão em receção e conferência, aumente muito significativa do final do semestre de 31 de dezembro de 2018 até 30 de junho de 2019. Aumenta de 120 mil euros para 404 mil euros. É revelador da preocupação do Município, mas principalmente das empresas e das atividades económicas do concelho.

Solicita esclarecimento da variação tão grande ao nível dos fornecedores e imobilizado, passamos de um semestre de 377 mil para outro semestre de 665 mil e, neste momento está a passar dos 665 mil para 52 mil.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção a qual se transcreve:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Exmos. Senhores vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Senhores autarcas

Informação financeira referente ao primeiro semestre de 2019

Quanto a este ponto, analisamos a apreciação feita pelo Exmo. ROC e constatamos que se verifica um aumento em determinadas rubricas que contribuem para a fragilização da situação do município, nomeadamente:

No ATIVO

Aumento das dívidas de terceiros no montante de 30 412,00 euros. Dívidas que se vão tornando crónicas e que passam a incobráveis, muitas vezes sem justificação.

NO PASSIVO

Aumento de provisões no montante de um milhão oitocentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta e nove euros, o que tem a ver possivelmente com o aumento da dívida às águas.

NO CAPITAL PRÓPRIO

Uma diminuição do capital próprio do município no valor de 2 708 603,00 euros agravada pelos valores dos repetidos prejuízos do município que têm sido transferidos para resultados transitados.

Quanto à demonstração dos resultados, regista-se a constituição de provisões no valor de 122 471,00 euros, um aumento dos custos com pessoal até 30 de junho no montante de 219 227,00 euros e um prejuízo igualmente até junho no valor de 622 742,00 euros; vem sendo crónico o acumular de prejuízos na gestão do município.

Finalmente e relativamente aos investimentos financeiros do município, como já por várias vezes referimos nesta assembleia, entendemos que deveria ser adotado o método da equivalência patrimonial e não o método do custo, como aliás refere o Exmo. ROC.

Tudo isto reflete a necessidade de um maior acompanhamento da gestão do município, que agora se impõe, face à dotação do quadro de pessoal de trabalhadores qualificados.

Por último, e em nome de toda a nossa bancada, quero desejar a todas V. Exas., familiares e funcionários, bem como a todos os presentes e à população em geral, os votos de Feliz Natal e um Novo Ano pleno de realizações pessoais.

O senhor Presidente da Assembleia passa a palavra ao Dr. Pedro Patrício (Consultor na área Financeira), que solicita que interpretem todas as palavras que utilizará ao longo desta intervenção como opiniões pessoais e técnicas e, não necessariamente a qualquer juízo de valor a questões políticas.

Quanto às questões foram levantadas sobre os elementos que constam do balanço, dizer que o aumento das provisões que referiu o Sr. deputado Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) é de junho de 2018 para junho de 2019, já tendo sido justificado no final do ano e tendo a ver com o facto de ter sido reconhecido como dívida por parte das Águas do encontro de contas feito em tempos, tendo sido integralmente provisionado, bem como que a totalidade da dívida às Águas em provisões. Neste momento a oscilação que há são os 122 mil euros que estão registados como custos e que resultam de juros gerados e faturação de saneamento durante o primeiro semestre, uma vez que este ano a Câmara já tem estado a apagar a fatura da água, tal como se comprometeu com a empresa.

Relativamente à variação da dívida de fornecedores de imobilizado, resulta das obras que estavam em curso, sendo que neste momento praticamente não há obra nenhuma em curso. Portanto estes valores resultam do facto de no final do ano se ter verificado a existência de faturação significativa, relativa às duas grandes obras que se encontravam em curso, concretamente a do Centro Escolar de Caria e a do prolongamento da Praça dos Descobrimentos para a Instalação do Mercado, sendo que, entretanto, a dívida que estava faturada dessas obras está toda paga e que a dívida a fornecedores de imobilizado é de valor residual.

Ainda assim, a variação da dívida de fornecedores conta corrente, nomeadamente aquilo que é espelhado em faturas, em receção em conferência, evidencia algum desequilíbrio de curto prazo do Município.

Este desequilíbrio é justificado pela não repercussão dos gastos com o abastecimento de água, saneamento e rsu's, situação que se tem vindo agravar progressivamente ao longo dos anos.

Esta situação já tem décadas o historial, não sendo a Câmara Municipal de Belmonte a única Câmara com este problema. Esta situação tem um peso muito forte em todos os Municípios que têm tido relutância em aumentar os preços da água.

Apesar de terem sido feitos dois aumentos da água em Belmonte, sendo que possivelmente este último esteja próximo daquele que é o tarifário ideal, mas poderá ainda não ser suficiente em função daquilo que venham a ser os resultados depois efetuadas esforços com vista à melhoria da eficácia do sistema que terão de ser levados a cabo.

Tudo isto conjugado com o acordo que foi celebrado, e que já foi aprovado nesta Assembleia, para o qual pensamos poder afirmar com segurança que já foi proferido despacho conjunto, criará maior pressão sobre a tesouraria.

Ainda hoje o senhor Presidente da Câmara solicitou uma reunião de emergência com o Secretário de Estado do Ambiente para perceber como seria possível clarificar a situação da emissão do despacho.

Foi recebido da DGAL despacho assinado pelos três membros que devem promulgar o despacho, que ainda não está publicado em Diário da República.

Há horas foi recebida uma chamada da Secretaria de Estado do Ambiente, em que estavam perplexos com o pedido de uma reunião urgência, uma vez que este despacho poderia ser emitido até abril.

Esclareceu que sem que o despacho esteja devidamente assinado não poderá ser reconhecida a dívida.

Acredita que até abril esta situação possa ser resolvida com retroatividade à data da assinatura do acordo, e como tal poder ser reconhecido pacificamente na dívida, permitindo a ultrapassagem do limite de endividamento.

Informou que esteve numa reunião de trabalho com o Revisor Oficial de Contas e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo-se concluído que, uma vez que o Município irá ultrapassar o limite de endividamento, de forma a reestruturar o seu passivo e a converter algum do passivo a curto prazo, em passivo em a médio e longo prazo, deverá o Município encaminhar-se urgentemente para um processo de Saneamento Financeiro

Mais informou que todos os processos desta natureza que acompanhou ao longos dos anos tiveram sucesso na forma comos os Municípios retomaram a normalidade das suas contas e que apresentam estabilidade e sustentabilidade financeira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, tomou a palavra para informar de uma diminuição aproximada de 200 mil euros em trabalhos especializados. Possível com o auxílio da Câmara Municipal e os funcionários das juntas de Freguesias. Conseguindo assim fazer alguns trabalhos nas Freguesias que provavelmente teriam custado muito mais dinheiro ao Município.

Antes de terminar a reunião o senhor Presidente da Assembleia propõe a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação.

A mesma foi aceite por unanimidade.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes;

O senhor Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Múncipes pelo que dá a palavra aos múnícipes interessados

Verificam-se duas inscrições

Usou da palavra o múnícipe Carlos Teixeira começando por chamar a atenção para a situação da iluminação pública que se desliga às 5:00 horas da manhã.

Referindo que no mapa das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020, não estão previstas obras para a Freguesia de Maçainhas, e a continuar deste modo irá levar a uma diminuição da população na Freguesia de Maçainhas.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para referir que serão feitas obras de manutenção no piso junto á Igreja de Maçainhas.

A Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Cruz, não concorda com o exposto, uma vez que foram feitas intervenções em caminhos, e continua à espera da concretização de obras ainda neste mandato.

A Múnícipe Marta Rodrigues diz estar satisfeita com o acordo realizado com a Câmara Municipal da Guarda para receber no seu canil municipal os animais abandonados e recolhidos.

O senhor Presidente da Assembleia aproveita a oportunidade para desejar a todos um Feliz Natal e um próspero ano de 2020, também agradecer ao senhor Presidente as lembranças que tem guardadas, assim como o jantar que vai proporcionar os membros da Assembleia Municipal.

Antes de concluir passa a palavra ao senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, que deseja um Feliz Natal e um prospero ano de 2020.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 21:30 horas, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário